O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 16 | Nº 48 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.10344196

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

O POPULISMO NA ÍNDIA E O ECOSSISTEMA CIBERNÉTICO[1]

Renato Victor Lira Brito[2]

Marcos Aurelio Guedes de Oliveira[3]

Estevão Luiz de Lacerda Vidal Albuquerque Melo[4]

Karine Danielle da Costa Lira[5]

Thays Felipe David de Oliveira[6]

Resumo

A Índia tem sido palco de uma série de governos populistas nas últimas décadas. Mais recentemente, o Estado precisou lidar com uma grave crise econômica e sanitária gerada pela Pandemia de COVID-19. Ao mesmo tempo, o país foi alvo de um considerável aumento nos crimes cibernéticos. Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo levantar uma hipótese sobre a possível relação entre populismo e cibersegurança, por meio de um estudo de caso sobre a Índia. Após a coleta de dados sobre a situação cibernética do país a partir do Global Cybersecurity Index, de documentos oficiais e estatísticas sobre o caso, e da caracterização sobre o populismo indiano através da identificação do estado da arte da literatura, com especial enfoque no período do governo Modi, foi realizada a análise minuciosa com base na triangulação de informações e da utilização da técnica de encadeamento de processos (process tracing). Levantamos a hipótese de que, apesar do bom índice de cibersegurança e dos problemas identificados, a melhoria da segurança cibernética é solapada pelo crescimento do populismo na nação, pois a regulamentação do ecossistema cibernético acarretaria em prejuízos à manutenção desses políticos no poder. Dentre os resultados, identificamos que políticos populistas têm se utilizado de vulnerabilidades no ecossistema cibernético para minar discursivamente instituições democráticas e se eleger. Não obstante, apresentamos caminhos para a agenda de pesquisa averiguar o impacto do populismo sobre a segurança cibernética.

Palavras-chave: Ecossistema Cibernético; Índia; Populismo; Segurança Cibernética.

Abstract

India has seen a series of populist governments in recent decades. Most recently, the state has had to deal with a serious economic and health crisis generated by the COVID-19 pandemic. At the same time, the country has been the target of a considerable increase in cybercrime. Against this backdrop, this paper aims to raise hypotheses about the possible relationship between populism and cybersecurity, based on a case study of India. After collecting data on the country's cyber situation from the Global Cybersecurity Index, official documents and statistics on the case, and characterizing Indian populism by identifying the state of the art in the literature, with a special focus on the period of the Modi government, a detailed analysis was carried out using information triangulation and the process tracing technique. We hypothesized that, despite the good cybersecurity index and the problems identified, the improvement in cybersecurity is undermined by the growth of populism in the nation, as the regulation of the cybernetic ecosystem would generate difficulties for populist politicians to keep themselves in office. Among the results, we identified that populist politicians can use vulnerabilities in the cyber ecosystem to discursively undermine democratic institutions and get elected. Nevertheless, we discuss paths for the research agenda to investigate the impact of populism on cybersecurity.

Keywords: Cybernetic Ecosystem; Cybersecurity; India; Populism.

[1] A presente pesquisa contou com recursos da FACEPE, CNPq, Pró-Defesa IV e Capes.

[2] Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: renato.lirabrito@ufpe.br

[3] Professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutor em Ciência Política. E-mail: marcosaurelioguedes@gmail.com

[4] Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: estevao.melo@ufpe.br

[5] Mestra em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: karine.lira@ufpe.br

[6] Professora do Centro Universitário Estácio do Recife. Doutora em Ciência Política. E-mail: thays@nepcri.com.

INTRODUÇÃO

A reemergência do populismo no século XXI reanimou o interesse acadêmico e as pesquisas sobre a temática, que passou a ser veementemente escrutinada. Originalmente um termo que designava os membros do *People's Party* dos Estados Unidos no século XIX, o seu significado preciso continua a ser debatido pela literatura voltada ao fenômeno, dada a contemporaneidade e os diferentes contextos - nacional e internacional - nos quais esse fenômeno se desenvolve.

O populismo não se limita geograficamente a uma região, mas, nos últimos anos, tem se espalhado principalmente pelas Américas, Europa, e, também, pela Índia. Concomitantemente ao ressurgimento do fenômeno populista, testemunha-se a emergência do ecossistema cibernético, após a entrada da humanidade na denominada "Era da Informação". A pauta da segurança cibernética - que incorre nas atividades que visam assegurar a sobrevivência de sistemas de informação a ações capazes de comprometer a disponibilidade e integridade dos dados ali armazenados - tornou-se mister, dada a expansão do uso da *Internet* e da disponibilidade de tecnologias da informação para públicos cada vez mais expressivos.

Na Índia, esses dois fenômenos convergem no cenário atual, resulta em um ambiente desafiador, devido à recente pandemia da COVID-19. País com altos *scores* no índice de segurança cibernética desenvolvido pela União Internacional de Telecomunicações, a Índia precisa lidar com sérios problemas com a repressão aos crimes cibernéticos e às ameaças emergentes. Esse combate ocorre em um contexto marcado pelo governo populista de direita do primeiro-ministro Narendra Modi (2014 - presente), que identifica a nação, o verdadeiro "povo" da Índia, como as pessoas de religião hinduísta, e que apresenta uma postura de desconfiança em relação à mídia, às demais instituições, e às minorias do país.

Portanto, o presente trabalho tem como objetivo levantar uma hipótese sobre a possível relação entre o populismo e o ecossistema cibernético. Para isso, foi conduzido um estudo de caso acerca do populismo e da situação de segurança cibernética da Índia. Para caracterizar a situação de segurança cibernética, foram utilizados dados desenvolvidos pela *International Telecommunication Union* **-** ITU, pelo Serviço Nacional de Proteção de Dados, e por outros pesquisadores. Por sua vez, para discutir o populismo na Índia, foi mobilizado o arcabouço teórico-metodológico da Ciência Política sobre o tema. Em relação ao método de análise, realizamos uma análise crítica da produção científica sobre o populismo e o ecossistema cibernético, seguida pela triangulação de dados qualitativos e quantitativos, e finalizada pelo encadeamento de processos, também conhecido como *process tracing*, para contextualizar e identificar as principais características desses fenômenos.

Teoricamente, esta pesquisa se insere no debate sobre o populismo e a sua relação com o ecossistema cibernético. Foram sistematizadas diferentes perspectivas acerca do populismo, sendo observada, em especial, a relação entre o populismo e crises sociais e políticas, dado o atual cenário de pós-pandemia da COVID-19. Ademais, apresentamos a conceituação do ecossistema cibernético e da segurança cibernética para aprofundarmos a discussão nesse estudo de caso sobre a Índia.

Nas próximas seções, apresentamos uma revisão de literatura sobre os conceitos de populismo, ecossistema e segurança cibernética. Na sequência, sistematizamos a metodologia que estrutura o nosso desenho de pesquisa, e, logo em seguida, iniciamos a discussão do estudo de caso sobre a Índia, onde levantamos a hipótese acerca da relação entre o populismo e o ecossistema cibernético. Por fim, trazemos as considerações finais, recapitulando a discussão deste trabalho e indicando a agenda de pesquisas futuras.

REVISÃO DA LITERATURA

A própria noção conceitual do populismo por vezes foge ao consenso mínimo. Como argumenta Mudde (2017), esse debate sobre o que seria o fenômeno é algo multidisciplinar e que inclui uma gama de áreas correlatas. Entretanto, há perspectivas divergentes sobre a essência e a utilidade desse conceito.

Dessa maneira, embora haja uma predominância histórica da aproximação entre ideologia e movimento, Mudde (2017) propõe uma definição ideacional do populismo, que é visto como uma ideologia que considera que a sociedade está dividida em dois grupos que são antagônicos, que são instituídos na dicotomia povo puro *versus* a elite corrupta.

Essa discussão assume proporções enciclopédicas, de modo que buscamos apresentar, no Quadro 1, uma breve sistematização dessas ideias.

Quadro 1 - Breve Sistematização de Perspectivas sobre o Populismo

Perspectivas do populismo	Autores
Rejeição ao Populismo como Ideologia	Hakhverdian e Koop (2007); Linden (2008).
Populismo Reivindicativo	Bonikowski e Gidron (2016).
Populismo como Estilo de Comunicação	Jagers e Walgrave (2007).
Populismo como Discurso	Lowndes (2008); Panizza (2005).
Frame Discursivo	Aslanidis (2016); Caiani e Della Porta (2011).
Apelo Político	Deegan-Krause e Haughton (2009).
Argumento Político	Bimes e Mulroy (2004).
Estilo Político	Moffitt (2016); Moffitt e Tormey (2014).
Retórica	de la Torre (2010); Kazin, 1995.

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Mudde (2017).

Na Índia, por exemplo, as várias facetas populistas assumidas tiveram como base a contraposição tradicional (MUDDE, 2017) entre um povo que representa a essência da nação e as elites usurpadoras

que articulam para explorar os primeiros. As variações entre elas ocorreram em detalhes - sobre o que vem a ser o povo - ao redor do núcleo duro do que tem constituído o populismo no País. Sobre a forma do populismo na Índia, Jafrelot e Tillin (2017) argumentam que o mesmo se caracteriza pela utilização de apelos direcionados ao povo por parte de líderes que usam determinados registros culturais para a manutenção de seu próprio poder político, assim contornando instituições e intermediários. Os autores reconhecem que o populismo indiano seria tanto uma forma distinta de estratégia política quanto uma política conduzida dentro de um registro cultural que utiliza uma "gramática plebeia" que precisa reverberar junto a crenças populares.

Para analisar as tomadas de decisão em Política Externa no País, Plagemann e Destradi (2019), por sua vez, buscaram uma definição minimalista do conceito, identificando dois preceitos básicos na sua constituição: o anti-elitismo e o antipluralismo. No entanto, em termos de resultados, eles não conseguiram corroborar as suas hipóteses, reconhecendo que, mesmo com uma política doméstica voltada ao povo, a política externa indiana buscava o *soft power* e a projeção do país como um exemplo de cooperação bilateral e multilateral. Ou seja, o populismo não se projetou na política externa da Índia. Os autores complementam que o antielitismo e o antipluralismo tem uma importância menor perante as demais questões de política externa. Também é válido salientar que o desejo da Índia é ser reconhecido como uma potência cooperativa, procurando se abster de compromissos internacionais dispendiosos (PLAGEMANN; DESTRADI, 2019).

Essa perspectiva dos autores levanta uma questão importante para o posicionamento do populismo, uma vez que teóricos consolidados na área discutem o papel desse fenômeno em meio às crises, ou como esses acontecimentos por vezes podem ser fator propício para o seu enraizamento. Como avalia Moffit (2015), a "performance de crises" do populismo deve ser vista como uma característica fundamental do fenômeno. Aqui, devemos entender "performance" como a atuação dos líderes populista, como se estivessem em uma peça de teatro.

Essa atuação populista seria central, pois uma crise muitas vezes só se torna uma crise por causa dessa atuação. Além do mais, a "performance" dos governantes auxilia na divisão do "povo" em contraponto ao "outro", podendo unir a elite a grupos minoritários e oferecer uma suposta razão objetiva para se mirar nos "inimigos do povo".

Levar em consideração a relação entre populismo e crise se faz ainda mais crucial dada a recente crise ocasionada pela pandemia da COVID-19. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a existência da pandemia do novo coronavírus. A crise sanitária levou ao colapso dos sistemas de saúde e fez mais de 2 milhões de vítimas em todo o mundo, em menos de um ano.

Devido ao alto grau de transmissibilidade do vírus, o isolamento social mostrou-se como a ferramenta mais eficaz para o controle da doença.

Medidas como o fechamento ou a redução do funcionamento do comércio ocasionaram perdas econômicas aos países, e a quarentena acabou afetando a saúde mental de suas populações. Ressalte-se ainda a dificuldade de determinados grupos sociais em se manter dentro de casa, como moradores das periferias das grandes cidades e comunidades carentes em que famílias inteiras se aglutinam em espaços exíguos e insalubres, inviabilizando, muitas vezes, o distanciamento e a manutenção de medidas de higiene, caras à prevenção da COVID-19. Tudo isso agrava a crise gerada em torno da questão sanitária, e exige uma performance enérgica dos Estados, no sentido de coibir a propagação da doença, sem descuidar dos demais efeitos negativos decorrentes de uma pandemia.

Segundo Moffit (2014), o populismo se sustenta a partir da percepção de crise, da ideia de colapso ou até mesmo de ameaça, o que faz com que surja uma demanda para que uma resposta seja feita de forma decisiva e imediata. Essas crises normalmente se relacionam à percepção de falta de representatividade entre os eleitores e os eleitos, mas podem também serem relacionadas à questões de imigração, dificuldades econômicas, ameaças militares, mudanças sociais ou outros problemas. O efeito dessa percepção de emergência é radicalmente simplificar os termos do debate político - algo visto na tendência de utilização de uma linguagem simples e direta.

Em meio à crise econômica, social e humanitária que se instaurou mundialmente, observamos um crescimento exponencial dos crimes cibernéticos, o que foi considerado por alguns como uma pandemia dentro da pandemia (NAGLI, 2022).

Com a adoção de medidas de isolamento social, e na tentativa de atenuar o impacto econômico causado pela crise sanitária, as esferas pública e privada adotaram o regime de *home office* para os trabalhadores, que passaram a exercer suas funções com os equipamentos disponíveis em casa, muitas vezes sem a segurança necessária para tanto (NAGLI, 2022).

Em muitos países, ainda no ano de 2020, ocorreram eleições, que são a pedra basilar da democracia (LANDMAN; SPLENDORE, 2020). Em períodos sensíveis como esse, as eleições servem também como uma forma de garantir a responsividade dos políticos eleitos, fazendo-os, buscando a reeleição, gerenciar a crise da forma mais eficaz possível, reduzindo os danos evitáveis (LANDMAN; SPLENDORE, 2020; JAMES, 2021).

Entretanto, essas eleições foram marcadas pela culminância de vários processos que abrangem um amplo debate sobre crise democrática, crescimento de grupos de extrema-direita, disseminação de *fake news* e desinformação (GUACHALLA *et al*., 2021; GUADAGNO; GUTTIERI, 2021; KING; PAN; ROBERTS, 2017; CASARÕES; MAGALHÃES, 2021).

É nesse cenário que faz-se mister o entendimento do conceito de ecossistema cibernético, que é definido pelo Glossário de Segurança da Informação (2019) como uma infraestrutura de informação que está interconectada com as interações entre as pessoas, dados, processo e tecnologia que trabalham de forma conjunta com o ambiente e necessita de condições que auxiliem nessas interações, entretanto, é válido salientar que ele deve englobar os diversos atores que podem influenciar no processo, como: firmas privadas, processos, firmas privadas, entre outros (BRASIL, 2019).

A Segurança Cibernética, paralelamente, é conceituada como aquelas atividades que têm como escopo as operações que visam assegurar que os sistemas de informação consigam sobreviver às ações que acontecem no espaço cibernético e que podem ser capazes de comprometer a disponibilidade, integridade e a autenticidade dos dados que estão ali armazenados (BRASIL, 2019).

Essa discussão se associa à noção de ecossistema cibernético trazida por Lira-Brito (2022) como um "território deslocalizado, embora não rompa absolutamente com as relações espaciais tradicionais, uma vez que requer servidores físicos para sua virtualização", mas também observando a superioridade desse território-limbo sobre os demais na contemporaneidade (LIRA-BRITO, 2020).

Para analisar os aspectos inerentes ao ecossistema cibernético e à Segurança Cibernética na Índia, utilizamos o *Global Cybersecurity Index*, que foi idealizado e é atualizado pela União Internacional de Telecomunicações (ITU).

A ITU, agência que integra a Organização das Nações Unidas (ONU), foi fundada há 156 anos e tem seu *framework* voltado a temas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), aspirando a cooperação internacional na área de satélites orbitais e atuando no estabelecimento de normas mundiais em agendas como as de mudanças climáticas, acessibilidade e fortalecimento da Segurança Cibernética.

Nesse contexto, as metas estabelecidas no marco da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI) e as Iniciativas Regionais adotadas durante a Conferência Mundial de Telecomunicações em 2017 (CMDT-17) são referências para a ITU, que busca conectar o mundo por meio da mobilização de recursos humanos, técnicos e financeiros.

A partir dessas contribuições, foi criado o Índice Global de Segurança Cibernética (*Global Cybersecurity Index* - GCI). Ele é resultado dos questionários elaborados pela ITU e desenvolvidos ao longo dos anos, sendo o seu objetivo mensurar o comprometimento dos Estados-membros da ONU em relação à Segurança Cibernética, com o intuito de aumentar a conscientização sobre a temática no mundo. Participam do Índice 193 Estados-membros, além do Estado da Palestina, totalizando 194 países avaliados.

No entanto, apenas 54% deles responderam ao inquérito em 2015, 69% em 2017, e cerca de 80% em 2018. Nesta última versão, dos 194 casos, o índice de 2018 contou com 155 respondentes (ITU,

2019). Nesse sentido, mesmo sem os questionários respondidos pelos responsáveis nos países, os especialistas da ITU buscam aproveitar ao máximo as informações, através de fontes primárias e secundárias, de maneira que o número de casos com dados disponíveis representa a totalidade dos países analisados.

METODOLOGIA

Esta pesquisa consiste, metodologicamente, em um estudo de caso (YIN, 2015; SÁTYRO; D'ALBUQUERQUE, 2020) da Índia, onde procuramos averiguar as características do populismo na Índia, com um enfoque no atual governo de Narendra Modi (2014- presente), e o desempenho da segurança cibernética do país durante o mesmo governo. Para tanto, sistematizamos histórica e conceitualmente os debates acerca das experiências recentes do populismo no País e a expansão e projeção do ecossistema cibernético no século XXI.

Especificamente, utilizamos a técnica de encadeamento de processos - *process tracing* (BENNETT; CHECKEL, 2015; COLLIER, 2011; CUNHA; ARAÚJO, 2018; HENRIQUES; LEITE; JÚNIOR, 2015) - como ponto central do estudo de caso. Bennett e Checkel (2014, p. 7, tradução livre) frisam a importância dessa técnica, definindo-a como uma análise de "evidências sobre processos, sequências e conjunturas inerentes a eventos circunscritos e um caso, com o objetivo de testar ou desenvolver hipóteses". A partir do *process tracing*, podemos identificar os mecanismos inerentes ao fenômeno observado e estabelecer as bases para teorias sobre a relação entre populismo e segurança cibernética.

As análises, para além do embasamento teórico-conceitual, foram amparadas em dados quantitativos e qualitativos (ITU, 2019; 2021; SEPRO, 2020; KSHETRI; SHARMA, 2021) reunidos e avaliados analiticamente sob a ótica da triangulação de dados, com o intuito de conduzir empiricamente o debate. O Quadro 2 representa as etapas de coleta e análise de dados da pesquisa, que serão detalhadas nos próximos subtópicos.

Quadro 2 - Protocolos de coleta e análise de dados

Etapas	Descrição
Coleta: parte I	Levantamento da produção científica especializada e de documentos na área.
Coleta: parte II	Estatísticas sobre a Índia no *Global Cybersecurity Index*.
Análise: parte I	Revisão do estado da arte.
Análise: parte II	Triangulação de Informações.
Análise: parte III	Encadeamento de Processos.

Fonte: Elaboração própria.

Protocolo de coleta de dados

Para investigarmos o fenômeno do populismo na Índia, inicialmente, realizamos um levantamento da literatura especializada sobre o assunto (VARSHNEY *et al*., 2021; ROGENHOFER; PANEVIESKY, 2020; AREU, 2018), procurando identificar algumas de suas principais características, de acordo com o estado da arte no campo. Temporalmente, nos detivemos ao estudo do populismo durante o governo de Narendra Modi (de 2014 até a atualidade), embora também levantemos considerações acerca de outras vertentes do populismo indiano em períodos anteriores. Optamos, nesse sentido, pelo enfoque no atual governo para mantermos em vista o cenário mundial pós-pandemia e o desenvolvimento do ecossistema cibernético nesse período.

Para averiguarmos o estado da segurança cibernética do País durante o período, utilizamos dados quantitativos do *Global Cybersecurity Index* (GCI) de 2021, sua atualização mais recente. O GCI, criado pela União de Telecomunicações Internacionais (ITU, sigla em inglês), tem como objetivo mensurar o comprometimento dos Estados-Membros da ONU com a segurança cibernética, no intuito de aumentar a conscientização acerca do tema no mundo. O Índice é composto por 25 indicadores agrupados nos 5 pilares da Global Cybersecurity Agenda (Legal, técnico, organizacional, capacitação e cooperação). Além disso, o GCI é o parâmetro que abrange mais países do mundo e que apresenta uma profundidade maior, sendo, por isso, amplamente utilizado pela literatura especializada da área (KREMER, 2014; LIRA-BRITO, 2022).

Nesse ínterim, como evidenciado no Quadro 2, também utilizamos informações de dados agregados mundialmente sobre a proteção de dados, a partir do Serviço Federal de Proteção de Dados (2020), e informações sobre o prejuízo em dólares causados por crimes cibernéticos na Índia, entre 2015 e 2020 (KSHETRI E SHARMA, 2021).

Protocolo de análise de dados

A análise dos dados levantados ocorreu em três vertentes, divididas cronologicamente: Inicialmente, realizamos a identificação da interseção entre populismo e ecossistema cibernético na Índia a partir da leitura crítica de artigos selecionados da literatura sobre o populismo indiano e sobre a segurança e ecossistemas cibernéticos.

Em seguida, sistematizamos as principais estatísticas sobre a Índia em termos de segurança cibernética nos bancos de dados mais utilizados pela literatura especializada. A partir dos dados levantados e observados nessas etapas iniciais da análise, realizamos a triangulação entre dados

quantitativos e qualitativos, sopesando historicamente os fenômenos de interesse na interseção entre populismo e ecossistema cibernético sob a ótica da identificação de *path dependence*, mecanismo chave na análise por encadeamento de processos.

Analisando cronologicamente o encadeamento dos eventos associados ao populismo e ao ecossistema cibernético, identificando como ocorreu no século XXI a evolução histórica desses dois fenômenos. Também foi realizada uma análise minuciosa dos artigos selecionados. Elencamos, como literatura incluída, a produção mais recente acerca do populismo indiano, em especial aqueles que apresentavam as características definidoras desse fenômeno, de acordo com a forma que ele vem ocorrendo na Índia.

A opção pelos artigos mais recentes se justifica também por causa da necessidade de se observar: a) a contemporaneidade do fenômeno populista na Índia - que, embora tenha seu início no passado, com o governo de Indira Gandhi, se estende até hoje, com o governo de Modi; b) a mutabilidade do conceito e do debate, que assumem características diferentes dependendo da geração, contexto e do país analisado. Assim, a análise não se ateve apenas ao atual governo de Modi, mas também relacionou e contextualizou historicamente o desenvolvimento do populismo no País e a sua relação com o ecossistema cibernético.

ANÁLISE DO CASO INDIANO

Na Figura 1, podemos observar a representação gráfica do atual desempenho da Índia em termos de Comprometimento com a Segurança Cibernética. Com uma pontuação de 97,49, o País se posiciona como o décimo (10º) lugar no *ranking* global e o quarto (4º) lugar no *ranking* regional.

Tabela 1 - Comprometimento com a Segurança Cibernética na Índia.

GCI NA ÍNDIA	
Eixos	**Pontuação**
Eixo Legal	20,00
Eixo Técnico	19,08
Eixo Organizacional	18,41
Eixo de Capacitação	20,00
Eixo de Cooperação	20,00
Pontuação Geral	97,49
Nível de Desenvolvimento	País em Desenvolvimento, País Subdesenvolvido, País sem costa marítima.
Áreas com melhor desempenho no GCI	Eixos Legal, Organizacional, de Cooperação e Capacitação.
Áreas de Potencial Crescimento	Eixo Técnico.

Fonte: ITU (2021).

No Eixo Legal, que é formado por três indicadores que mensuram a existência de instituições jurídicas referentes à Segurança Cibernética e aos crimes cibernéticos, a Índia pontua o valor máximo

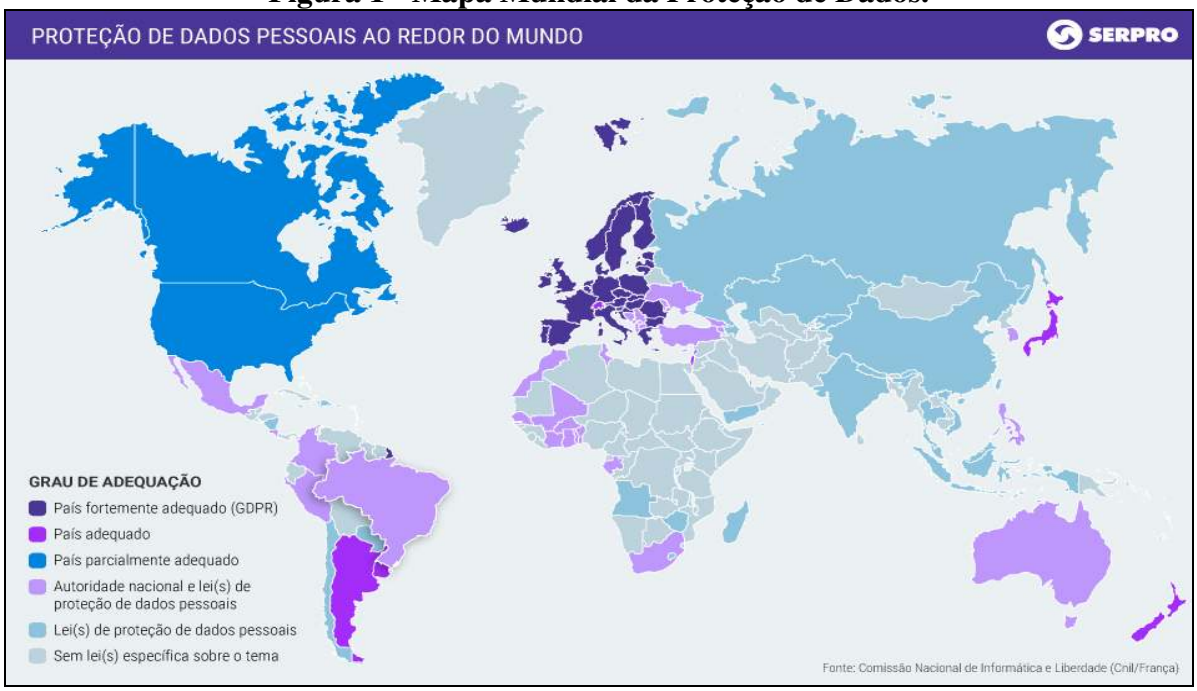
(20,00), enquanto no Técnico, que é composto a partir de seis indicadores relacionados à presença de estruturas técnicas na área, o País pontua 19,08.

No Pilar Organizacional, que é constituído por três indicadores que avaliam a coordenação de políticas e estratégias para o desenvolvimento da Segurança Cibernética em nível nacional, o Estado pontua 18,41; enquanto no quesito Capacitação, que consiste em sete indicadores que verificam a realização de programas de pesquisa e desenvolvimento, educação e treinamento, de profissionais certificados, bem como de agências do setor público que promovam a capacitação destes, a Índia pontua o valor máximo (20,00).

Por último, no Pilar de Cooperação, que mensura, a partir de seis indicadores, a existência de parcerias, quadros cooperativos e redes de compartilhamento de informações, o País também pontua o valor máximo (ITU, 2019). Essa última informação é coerente com os dados levantados por Plagemann e Destradi (2019).

Embora apresente um desempenho exemplar no GCI, figurando entre os 10 países mais comprometidos com a Segurança Cibernética, a Índia se depara com alguns problemas específicos, como a questão da proteção de dados, como evidenciado na Figura 2.

Figura 1 - Mapa Mundial da Proteção de Dados.



Fonte: SEPRO (2020).

Como representado na Figura 1, a Índia possui, em termos de grau de adequação à proteção de dados, a segunda pior classificação. O Marco Jurídico-Institucional do País é o *Information Technology Act 2000*, que estabeleceu no Estado o *National Critical Information Infrastructure* e o Centro de

Estudos para Resposta e Tratamento de Incidentes em Computadores, ambas instituições possuindo papel central na Segurança Cibernética nacional. Está sendo desenvolvida no País a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética, o que o classifica como 'em securitização', segundo a literatura (LIRA-BRITO, 2022).

O *National Critical Information Infrastructure*, por sua vez, é a agência responsável pelo Setor Cibernético, o que indica que ele é essencialmente civil em sua estrutura, em detrimento de países com lideranças populistas e setores cibernéticos militarizados (como, por exemplo, o Brasil no Governo Bolsonaro).

Mesmo em contraposição ao representado na Figura 1, já que se situa como um setor cibernético civil, o exemplo da Índia, no entanto, corrobora a expectativa teórica quando observados os gastos militares. Em 2020, o País foi o terceiro lugar em relação às despesas militares, gastando um total de 73 bilhões de dólares com Defesa, o que denota a maciça importância do setor militar no Estado. Esses fatores, em conjunção ao populismo que representa a Índia, dão a tônica do cenário nacional. No Quadro 2, apresentamos uma breve cronologia dos Presidentes e Primeiros-Ministros na Índia do Século XXI.

Quadro 3 - Cronologia dos Presidentes e Primeiros-Ministros na Índia do Século XXI

PRESIDENTES	**PARTIDO**	**SIGLA**	**PERÍODO**
Kocheril Raman Narayanan	*Indian National Congress*	INC	1997 - 2002
Avul Pakir Jainulabdeen Abdul Kalam	Independente (Sem Partido)	S/P	2002 - 2007
Pratibha Patil	*Indian National Congress*	INC	2007 - 2012
Pranab Kumar Mukherjee	*Indian National Congress*	INC	2012 - 2017
Ram Nath Kovind	*Bharatiya Janata Party*	BJP	2017 - 2022
Draupadi Murmu	*Bharatiya Janata Party*	BJP	2022 - Atual
PRIMEIROS-MINISTROS	**PARTIDO**	**SIGLA**	**PERÍODO**
Atal Bihari Vajpayee	*Bharatiya Janata Party*	BJP	1998 - 2004
Manmohan Singh	*Indian National Congress*	INC	2004 - 2014
Narendra Damodardas Modi	*Bharatiya Janata Party*	BJP	2014 - Atual

Fonte: Elaboração própria.

A primeira grande líder populista indiana, ainda no século XX, foi Indira Gandhi. Ela foi também a primeira mulher a figurar como Primeira-Ministra da Índia. O seu pai, Jawaharlal Nehru, também teve um papel importante no País, tendo sido reconhecido como um grande estadista. Indira, por sua vez, deu continuidade e expandiu a influência da família, de modo que parte considerável dos presidentes e primeiros-ministros representados no Quadro 2 sofreram influência da sua liderança.

Além disso, é notória a diferença entre as duas categorias de lideranças no sistema eleitoral indiano, o que fica mais em evidência a partir da constatação de que no século XXI a Índia teve 6 presidentes, mas apenas 3 primeiros-ministros. Outro fator importante é a predominância de dois partidos nessa composição: o *Bharatiya Janata Party* e o *Indian National Congress*.

Além do atual governo, a Índia já foi governada por líderes populistas no passado. Indira Gandhi, primeira-ministra entre 1966-1977 e depois entre 1980-1984, é considerada a primeira governante populsita do país. Com a sua campanha de "banir a pobreza", ela focou nos pobres, adotando políticas de nacionalização de bancos comerciais, suspendendo pensões estatais dadas aos antigos príncipes, alocando uma maior parte do orçamento para o combate à pobreza, e implementando reformas agrárias que beneficiavam tanto arrendatários de terras quanto camponeses sem-terra.

Entretanto, sua campanha de combate a pobreza também teve como alicerce o ataque ao judiciário, à imprensa e aos seus adversários políticos, tanto dentro quanto fora do seu partido Congresso Nacional Indiano. A primeira-ministra chegou a suspender a democracia por um período de 19 meses, entre 1975-1977. Essa suspensão da democracia foi retratada como uma expressão da vontade popular. Além do mais, a incumbente tinha a ideia de que, como a líder do país, ela tinha identificação completa com o povo - uma prática similar àquela dos governos populistas da Argentina (Juan Péron) e da Venezuela (Hugo Chavez) (VARSHNEY *et al*., 2021).

Indira Gandhi personificou o populismo de esquerda na ìndia. Além dessa vertente de acordo com Varshney *et al*. (2021), a Índia também apresenta um populismo regional, e atualmente, como governo de Modi, um populismo de direita. O populismo regional se caracteriza pela mobilização de aspirações regionais contra as elites políticas, através dos partidos políticos e de eleições.

Ele também se mostra como o antagonismo entre as elites e o povo como um disputa conflituosa ou maniqueísta. Além do mais, regionalmente os líderes populistas se mostram mais carismáticos do que os próprios partidos nos quais eles se inserem, e acreditam que esses partidos são instrumentos que devem ser utilizados para a busca de sua reeleição pessoal.

Atualmente, o governo de Modi demonstra um surgimento de um populismo de direita no cenário nacional indiano, observado através da sua concepção sobre o "povo" e as suas atitudes em relação às instituições democráticas de freios e contrapesos. Enquanto a identidade religiosa nacional e o equilíbrio entre religião e secularização foram centrais aos debates constitucionais da ìndia, o país viu as suas elites serem deslocadas por *challengers* de direita, que procuravam inserir novas definições de nação que inserem a religião dentro da visão nacional (ROGENHOFER; PANEVIESKY, 2020).

Em Modi, o populismo se mistura com uma concepção acerca da nação hindu: em seus discursos, Modi se refere à colonização do país como tendo início com a conquista muçulmana do século VIII, e considera o Islam como uma religião que derrotou e humilhou o verdadeiro povo da ìndia, que seria o povo Hindu (VARSHNEY *et al*., 2021). Em relação aos aspectos etno religiosos, Rogenhofer e Panievsky (2020) comentam que o BJP de Modi segue o projeto político de "Hindutva", que considera a religião e cultura Hindu como superiores em relação às minorias do país.

Ao se equacionar a identidade hindu com o nacionalismo, foi gerada uma deslegitimação de casamentos de pessoas de diferentes religiões ao mesmo tempo em que se legitimavam campanhas para a conversão de cristãos e muçulmanos para o hinduísmo. Após Modi ter assumido o cargo, ocorreram linchamentos de muçulmanos de Dalits (a casta dos "intocáveis") que consumiam carne e de vendedores de gado. Ainda por cima, algumas organizações nacionalistas indianas lançaram a campanha de "ghar waapsi", ou "retorno para casa" na qual se procurava a conversão forçada de muçulmanos e cristãos ao hinduísmo. Modi não comentou a maior parte desses eventos, exceto o linchamento dos intocáveis, chegando a apontar o líder das companhas, Yogi Adityanath, ao cargo de ministro chefe da província de Uttar Pradesh após a vitória eleitoral do BJP.

De acordo com Varshney *et al*. (2021), esse "vigilantismo" está associado ao populismo. Para Rogenhofer e Panievsky (2020), as práticas discursivas de alterização coincidiram com as tentativas de erosão de direitos dos muçulmanos que residiam nas regiões de Jammu e na Caxemira, e acabaram incluindo minorias religiosas dentro da definição de "inimigos do povo".

A infusão populsita de patriotismo e nacionalismo no governo Modi gerou uma forma exclusivista de identidade para "o povo": os seus oponentes políticos são distinguidos por serem ou apoiarem os muçulmanos. Esta redefinição do nacionalismo se distingue de concepções mais pluralistas sobre a Índia e ameaça a acomodação de diferentes castas, etnias e grupos religiosos dentro do arcabouço constitucional do Estado indiano. Ainda dentro do aspecto etno-religiosos, a ênfase na articulação, por parte do primeiro-minsitro, entre o terrorismo internacional e o Islam securitizou a questão da imigração de muçulmanos advindos do Afeganistão, Bangladesh, e do Paquistão - também afetando a minoria que reside na Índia. Também é notável o fato de o governo ter feito cortes em programas voltados para o auxílio de minorias (ROGENHOFER; PANEVIESKY, 2020).

Por fim, Modi mantém uma relação de desconfiança com a mídia e pressiona politicamente o judiciário. Como Rogenhofer e Paneviesky (2020) notam, a ascensão de Modi à política nacional aconteceu em um contexto midiático e tecnológico que permitiu que o primeiro-ministro - através de plataformas como o *Facebook*, *YouTube*, *Google+*, *LinkedIn* e *Instagram* - conseguisse contornar canais midiáticos tradicionais e se engajasse diretamente com o povo, apresentando assim uma visão política diferente daquela da política democrática liberal, na qual existe uma representação de interesses políticos mais formalista. Apesar disso, Modi desacreditou a mídia independente como um fórum de mediação democrática. Normalmente, as conferências de empresa são reservadas para os jornalistas leais ao primeiro mineiro, não sendo abertas aos demais jornalistas, e o primeiro-ministro utiliza a mídia social para se comunicar diretamente com o povo.

Após críticas por inação e cumplicidade a violência contra muçulmanos na província de Gujarat em 2002, o primeiro-ministro atacou a mídia, acusando de corrupta. Desde 2016, o governo vem restringindo licenças de mídia, manchando a reputação e até prendendo jornalistas para dificultar a função de *accountability* da mídia, incluindo durante a cobertura da resposta do governo à pandemia de COVID-19 em 2020. A adoção destas medidas repressivas fez com que o país caísse para o ranque 140 dos 180 países do *Reporters Without Borders World Press Freedom Index*.

O ataque de Modi à mídia coincidiu com a centralização do governo e pela tentativa de se contornar instituições representativas através da tomada de decisão por decretos - que não passam por debates públicos ou pelo parlamento (ROGENHOFER; PANEVIESKY, 2020; VARSHNEY *et al*., 2021). Além do mais, após a prisão preventiva de um grupo de líderes opositores no estado da Caxemira em 2019, a Suprema Corte não cogitou uma audiência de habeas corpus, levantando suspeitas de interferência do executivo sobre o judiciário. Entretanto, Varshney *et al*., (2021) não encontraram uma relação estatisticamente significativa entre as atitudes nacionalistas e populistas, oq eu indica que o surgimento do populismo de direita à nível nacional é mais um discurso político do que a reação à atitudes enraizadas na população do país.

Um último aspecto do populismo de Modi salientado por Rogenhofer e Paneviesky (2020) é o seu aspecto econômico, neoliberal. Para os autores, o governo de Modi implementou políticas que se comprometeram com o neoliberalismo ao mesmo tempo em que ofertavam serviços de forma desproporcional, à favor do grupo considerado pelo governo como "o povo", à custa do resto da sociedade. A sua visão do povo, de certa forma, era centrada no empreendedorismo e voltado ao mercado, de acordo com os autores, pois substituiu o bem-estar social baseado em direitos por um esquema de seguros que se adequava à sua narrativa desenvolvimentista.

A construção do povo, para esta visão "desenvolvimentista", subordinava os direitos ao bem-estar social à esquemas particularistas que beneficia grupos específicos. Além do mais, as dificuldades resultantes de suas políticas eram justificadas através de discursos que salientaram a necessidade de se fazer um sacrifício coletivo no curto prazo para que, no longo prazo, os interesses "do povo" fossem alcançados. No meio destes discursos, os ataques às minorias e às instituições democráticas eram justificadas através de uma definição de povo "exclusivista".

O *Bharatiya Janata Party* (BJP), partido do atual Primeiro-Ministro da Índia, tem uma longa história associada ao conservadorismo e ao posicionamento de centro-direita. Ele possui atualmente a grande maioria de cadeiras (303 de 545), o que facilita a governabilidade, principalmente em momentos de crise, como a pandemia da COVID-19. Embora os fatores institucionais fossem favoráveis a uma

gestão exemplar na crise sanitária, a Índia ficou reconhecida como um dos países com as piores estatísticas de casos e mortes da doença.

É nesse cenário que é ressaltada a liderança de Narendra Modi, Primeiro-Ministro que representou mudanças no populismo indiano, como argumenta Areu (2018). Para o autor, a ideologia do nacionalismo hinduísta é o que diferencia o populismo de Modi de seus antecessores: sua concepção de uma "Nova Índia" se opõe à ideia de uma nação plural e inclusiva, que dominava até recentemente. Sua ideia de povo se resume ao essencialismo Hindu, enquanto a "elite" confrontada é formada pelos partidários da laicização e pela minoria muçulmana. Na busca pela maioria hegemônica, Modi quer articular, através do nacionalismo, uma unidade à maioria social hindu.

Essa mudança encontrou, recentemente, páreo na demanda global por ações hábeis frente à crise econômica e sanitária proporcionada pela pandemia. No ecossistema cibernético, a Índia teve que lidar com outros tantos desafios, como o crescimento de crimes cibernéticos, enunciado na tabela 2.

Tabela 2 - Crescimento dos Crimes Cibernéticos e Perdas em Dólares na Índia

Ano	Nº de crimes cibernéticos	Prejuízos em dólares
2015	11.592	87.500
2016	12.317	127.000
2017	21.796	185.000
2018	27.248	247.000
2019	44.546	312.500
2020	50.035	386.000

Fonte: Kshetri; Sharma (2021).

Os números apresentados na tabela 2 se referem aos crimes cibernéticos reportados. O valor real é consideravelmente maior, uma vez que a maioria das ocorrências não é reportada, o que é entendido como a subnotificação estrutural dos crimes cibernéticos. Sobre a problemática na Índia no começo da pandemia, Kshetri e Sharma (2021) afirmam que quando houve o bloqueio foi perpetrada uma gama de fraudes distintas, chegando a um aumento de 300% de ataques cibernéticos.

Nesse sentido, destacamos alguns ataques que foram utilizados: ataques de *ransomware* corporativo, perseguição cibernética, pesquisa sobre a COVID-19, abordagem WFH e acesso VPN. Ou seja, nesse período de pandemia houve um aumento de ataques cibernéticos na Índia, chegando a 37%.

Sob a perspectiva de um país com uma das melhores pontuações no GCI, figurando em 10º lugar no *ranking* global, parece contraintuitivo o resultado durante a pandemia da COVID-19, sobretudo levando em consideração o domínio civil do setor cibernético, o que, segundo Lira-Brito (2022) constitui um dos caminhos causais para o maior comprometimento com a Segurança Cibernética.

No caso indiano, a resposta surge quando se observa o desenvolvimento econômico, principalmente tomando como base o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O desenvolvimento econômico é um dos fatores comuns na expectativa teórica nas análises de Segurança Cibernética Comparada. A Índia pontua 0,645 no IDH, se posicionando como tendo um desenvolvimento médio. Em momentos de crise, o desenvolvimento econômico é ainda melhor preditor para crimes cibernéticos.

Em confluência, o desenvolvimento econômico - e humano - médio, e o domínio civil do setor cibernético são o contexto, ao mesmo tempo, de um GCI elevado e de um número considerável de crimes cibernéticos na Índia. A partir deste trabalho, levantamos a possibilidade de que as soluções, que implicam desde educação tecnológica até democratização das tecnologias de inovação e investimento em ciência, esbarram no cenário crescente do populismo na região e nos interesses estratégicos de atores políticos como o Primeiro-Ministro Narendra Modi, cujos valores não coexistem com o secularismo que proporciona a inovação e o comprometimento com a Segurança Cibernética.

Nesse sentido, argumentamos que o fenômeno do populismo nas últimas décadas é caracterizado pela utilização das vulnerabilidades - desde a falta de regulamentação jurídica até a imprevisibilidade dos seus efeitos em termos eleitorais - do ecossistema cibernético para minar as instituições democráticas e eleger políticos populistas, como tem ocorrido na Índia.

Esse ciclo é retroalimentado na medida em que, chegando ao poder, políticos populistas buscam atuar de maneira a não se comprometer com a segurança cibernética e o fortalecimento do ecossistema cibernético, uma vez que os movimentos que os elegeram - o que envolve atividades de desinformação, propagação de fake news minando as instituições democráticas e deslegitimando o funcionamento do sistema eleitoral - necessitam do *status* de limbo que tem o território do ecossistema cibernético para operar de forma incólume.

Dessa maneira, pudemos identificar, através das etapas especificadas de análise, como esses dois fenômenos se relacionam na Índia, o que culminou na hipotetização de que o que tem ocorrido na Índia - e, talvez, em países com contextos semelhantes - é a retroalimentação entre o populismo e a emergência do ecossistema cibernético. Enquanto o primeiro tem no segundo um cenário propício para a sua expansão, acontece um efeito cascata onde não há interesse por parte dos atores políticos para que seja tratada devidamente a questão do crescimento exponencial dos crimes cibernéticos, por exemplo, uma vez que a regulamentação do ecossistema cibernético incorreria em maiores restrições futuras para os políticos populistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, a reemergência do populismo no século XXI ocorreu em um contexto marcado pela entrada da humanidade na "Era da Informação". Mas recentemente, com a pandemia da COVID-19, o mundo passou por uma grave crise sanitária e econômica, ao mesmo tempo em que, com a adoção de regimes de *home office*, presenciamos um crescimento exponencial dos crimes cibernéticos. O aumento dos crimes certamente relaciona-se com a expansão do ecossistema cibernético - a infraestrutura de informação interconectada com dados, processos, tecnologia, e diversos atores, como firmas -, o que faz com que a necessidade de se atentar à segurança cibernética se torne ainda maior.

Nesse contexto, observamos em especial o aumento no número de crimes cibernéticos na Índia - apesar do Estado apresentar uma ótima classificação (décimo lugar) no *Global Cybersecurity Index*, e ter um setor cibernético essencialmente civil, cuja agência responsável é a *National Critical Information Infrastructure*. Esse aumento foi observado durante o governo de Modi, primeiro-minsitro populista de direita que ainda governa a nação. O governo Modi, caracterizado por identificar a nação, o verdadeiro "povo" da Índia, com as pessoas da religião hinduísta, e por apresentar uma postura de desconfiança em relação à mídia, às demais instituições, e às minorias do país, precisou lidar com ambas as crises: a COVID-19 e o desafio da segurança cibernética. O governo possivelmente se beneficiou das crises, pois como discorremos, de acordo com Moffit (2014), o populismo se sustenta a partir da própria percepção da existência de uma crise.

O aumento dos crimes cibernéticos observado se opõe ao fato da Índia apresentar uma classificação tão boa no índice de segurança cibernética. Uma possível explicação para essa observação é o nível de desenvolvimento humano da nação - que possui um IDH médio -, que se revela um preditor para o número de crimes cibernéticos. Por fim, levantamos a hipótese de que as medidas para a redução de crimes cibernéticos esbarram nos interesses de líderes populistas, pois a regulamentação do ecossistema cibernético acarretaria em restrições para a manutenção dos mesmos no poder.

Faz-se mister mais estudos sobre a relação do populismo com o ecossistema cibernético. O desenvolvimento dessa agenda de pesquisa pode ser frutífera. Trabalhos futuros podem objetivar averiguar comparativamente se existe uma diferença no comprometimento com a segurança cibernética entre regimes liberal-democráticos e populistas, ou mesmo entre os mais diversos tipos de regimes populistas, como por exemplo entre lideranças populistas de esquerda e de direita. Pesquisas futuras também poderão apresentar parâmetros de mensuração do impacto do populismo sobre a segurança cibernética.

REFERÊNCIAS

AREU, M. L. "El populismo hinduista de Narendra Modi: reimaginando la nación india/Narendra Modi's Hindu populism: reimagining the Indian nation". **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 119, 2018.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (eds.). **Process tracing**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BRASIL. "Glossário de Segurança da Informação". **GOV.BR** [2019]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 25/10/2023.

CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. "The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug". **Revista de Administração Pública**, vol. 55, n. 1, 2021.

COLLIER, D. "Understanding process tracing". **Political Science and Politics**, vol. 44, n. 4, 2011.

CUNHA, E. S. M.; ARAÚJO, C. E. L. **Process tracing nas Ciências Sociais**: fundamentos e aplicabilidade. Brasília: Editora da ENAP, 2018.

GUACHALLA, V. X. V. *et al*. "Latin America Erupts: When Does Competitive Authoritarianism Take Root?". **Journal of Democracy**, vol. 32, n. 3, 2021.

GUADAGNO, R. E.; GUTTIERI, K. "Fake news and information warfare: An examination of the political and psychological processes from the digital sphere to the real world". *In*: CHILUWA, I. E.; SAMOILENKO, S. A. (eds.). **Research Anthology on Fake News, Political Warfare, and Combating the Spread of Misinformation**. London: IGI Global, 2021.

HENRIQUES, A. B. L.; LEITE, A. C. C.; TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. "Reavivando o método qualitativo: as contribuições do Estudo de Caso e do Process Tracing para o estudo das Relações Internacionais". **Revista Debates**, vol. 9, n. 1, 2015.

ITU - International Telecommunication Union. **Global Cybersecurity Index (GCI) 2018**. Geneva: ITU Publications, 2019.

ITU - International Telecommunication Union. **Global Cybersecurity Index (GCI) 2020**. Geneva: ITU Publications, 2021.

JAFRELOT, C.; TILLIN, L. "Populism in India". *In*: KALTWASSER, C. *et al*. (eds.). **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

JAMES, T. S. "New development: Running elections during a pandemic". **Public Money and Management**, vol. 41, n. 1, 2021.

KING, G.; PAN, J.; ROBERTS, M. E. "How the Chinese Government Fabricates Social Media Posts for Strategic Distraction, Not Engaged Argument". **American Political Science Review**, vol. 111, n. 3, 2017.

KREMER, J. “Policing cybercrime or militarizing cybersecurity? Security mindsets and the regulation of threats from cyberspace”, **Information and Communications Technology Law**, vol. 23, n. 3, 2014.

KSHETRI, N.; SHARMA, A. “A review and analysis of online crime in pre and post COVID scenario with respective counter measures and security strategies”. **Journal of Engineering, Computing and Architecture**, vol. 11, n. 12, 2021.

LANDMAN, T.; SPLENDORE, L. G. “Pandemic democracy: elections and COVID-19”. **Journal of Risk Research**, vol. 23, n. 7, 2020.

LIRA-BRITO, R. V. **Defesa e Segurança Cibernéticas**: crimes cibernéticos e políticas públicas no Brasil (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciência Política). Recife: UFPE, 2020.

LIRA-BRITO, R. V. **Segurança Cibernética Comparada**: o Brasil e as Américas (Dissertação de Mestrado em Ciência Política). Recife: UFPE, 2022.

MOFFIT, B. “How to Perform Crisis: a Model for Understanding the Key Role of Crisis in Contemporary Populism”. **Government and Opposition**, vol. 50, n. 2, 2015.

MOFFIT, B. “Rethinking Populism: Politics, Mediatisation and Political Style”. **Political Studies**, vol. 62, n. 2, 2014.

MUDDE, C. “Populism: An ideational approach”. *In*: KALTWASSER, C. R. *et al*. **The Oxford handbook of populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, C. “The populist zeitgeist”. **Government and Opposition**, vol. 39, n.4, 2004.

NAGLI, L. S. D. “Pandemia na Pandemia: a escalada de ataques cibernéticos pós COVID-19”. **Brazilian Journal of Development**, vol. 8, n. 4, 2022.

PLAGEMANN, J.; DESTRADI, S. “Populism and foreign policy: The case of India”. **Foreign Policy Analysis**, vol. 15, n. 2, 2019.

ROGENHOFER, J. M.; PANIEVSKY, A. “Antidemocratic populism in power: comparing Erdogan’s Turkey with Modi’s India and Netanyahu’s Israel”. **Democratization**, vol. 27, n. 8, 2020.

SÁTYRO, N. G. D.; D'ALBUQUERQUE, R. W. “O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades”. **Sociedade e Cultura**, vol. 23, 2020.

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados. “Mapa da Proteção de Dados”. **SEPRO** [2020]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 20/07/2023.

VARSHNEY, A. *et al*. “Populism and Hindu Nationalism in India”. **Studies in Comparative International Development**, vol. 56, 2021.

YIN, R. K. **Estudo de Caso**: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Editora Bookman, 2015.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 16 | Nº 48| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima